



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE RESENDE/RJ, com competência em matéria cível e criminal.

Juiz Federal Titular: Bruno Dutra, em exercício desde 07/01/2015.

Juiz Federal Substituto: Dr^a Lilian Mara de Souza Ferreira, em auxílio desde 03/11/2015.

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 29 de fevereiro até 04 de março de 2016, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal de Resende/RJ, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Nas próximas correições, responder satisfatoriamente ao questionário de pré-correição que é enviado anteriormente pelo Setor de Correição deste Tribunal, uma vez que de tempos em tempos, este questionário é modificado de acordo com as novas exigências do CNJ.
2. Atentar para o cumprimento da Meta 5/2015 do CNJ;
3. Regularizar a juntada de documentos pendentes;
4. Aumentar o número de audiências realizadas por semana, já que a média mensal de fevereiro a dezembro de 2015 foi de 8,2 audiências, cabendo destacar que, durante os meses de setembro, outubro e novembro, nenhuma audiência foi realizada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. Procurar aumentar o número de processos publicados em cada boletim, vez que, em relação à última correição de 2013, a média de processos publicados caiu de 35,81 para 31,50, ao invés de aumentar, conforme recomendado à época;

6. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;

7. Regularizar os processos suspensos, cujo motivo tenha sido cadastrado equivocadamente;

8. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro do movimento de conclusão para sentença, de modo a evitar que as sentenças sejam classificadas como 'vazias';

9. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 278 processos com tal fase não informada.

10. Buscar a correta classificação das sentenças da área criminal, nos moldes do Ofício Circular n.º T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, e Ofício Circular n.º T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011.

11. Classificar como decisão interlocutória - e não como sentença - os casos em que ocorre a homologação de acordo de transação penal.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme Ofício n.º 518/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 18/01/2016, e Portaria PR-RJ n.º 58, de 15/01/2016, a Procuradora da República Dra. Izabela Marinho Brant foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 282-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos:

De acordo com o questionário de pré-correição, "*A divisão de trabalho entre o Juiz Federal Titular e o Juiz Federal Substituto é realizada nos exatos termos das Resoluções supracitadas.*"

. Titular: Bruno Dutra, em exercício desde 07/01/2015.

. Substituta: Dr^a Lilian Mara de Souza Ferreira, designada para prestar auxílio a este Juízo, desde a remoção do Dr. Fábio de Oliveira Barros (antigo Juiz Substituto) para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 03/11/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 12

Analistas Judiciários: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Técnicos Judiciários: 08

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição.

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Julho/2013		Comparativo Janeiro/2015		Correição Janeiro/2016	
	Cível	Crim.	Cível	Crim.	Cível	Crim.
Total	2.326	28	2.844	29	2.269	15
Suspensos	09	04	814	03	935	01
Tramita. ajustada	2317	24	2.030	26	1.334	14
Total Geral (Em tramitação)	2.354		2.873		2.284	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 22/02/2016.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/02/2015 até 31/01/2016):

Período	01/02/2015 a 31/01/2016
---------	-------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	2.196	44,53	6
Decisão	1.578	32,00	7
Sentença	1.158	23,48	85
Total Geral	4.932	100,00	25

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados. Período de 01/02/2015 a 31/01/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metasp/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

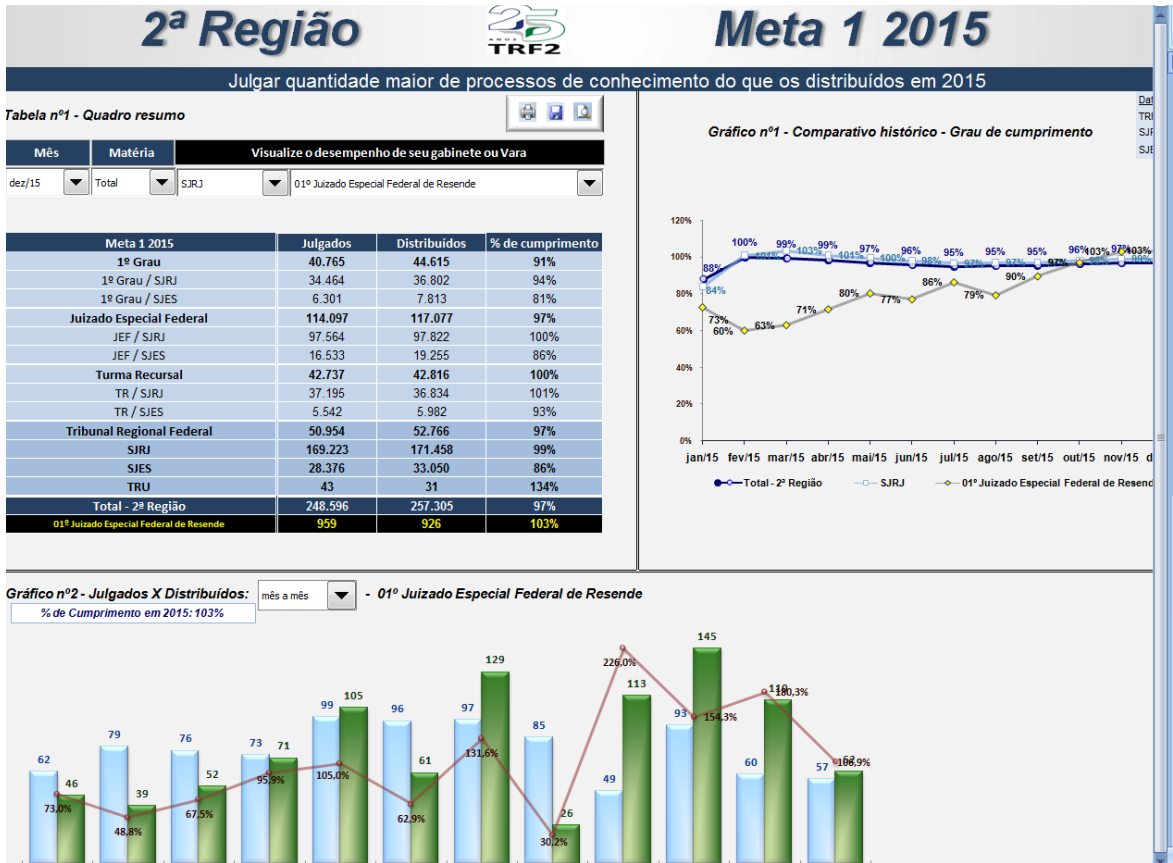
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 103%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 23/02/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%**, não havendo processos pendentes de julgamento, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região
Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara	
dez/15	100%	SJRJ	10º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Data de atualização:
TRF - 31/12/2015
SJRJ - 31/12/2015
SJES - 31/12/2015

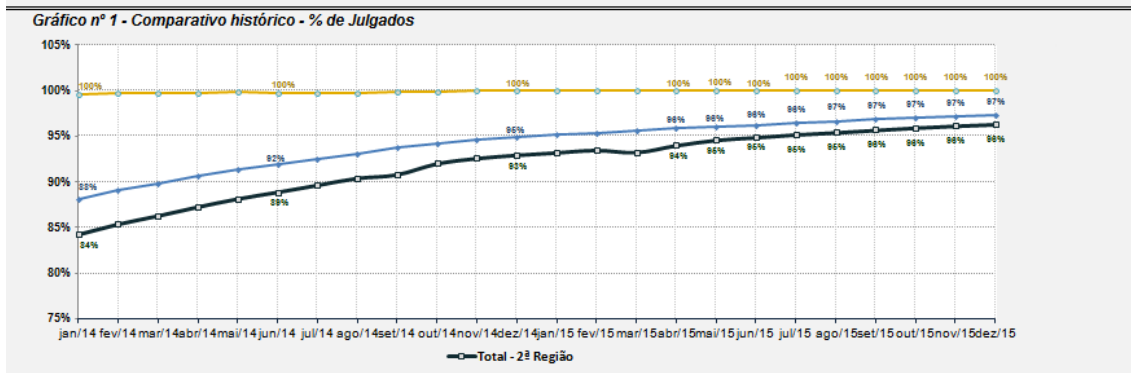
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
10º Juizado Especial Federal do Rio de	2.057	2.057	0	2.057	0	100%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 23/02/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 25/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual e cumprimento da meta foi de 88%**, como ilustra o gráfico a seguir:

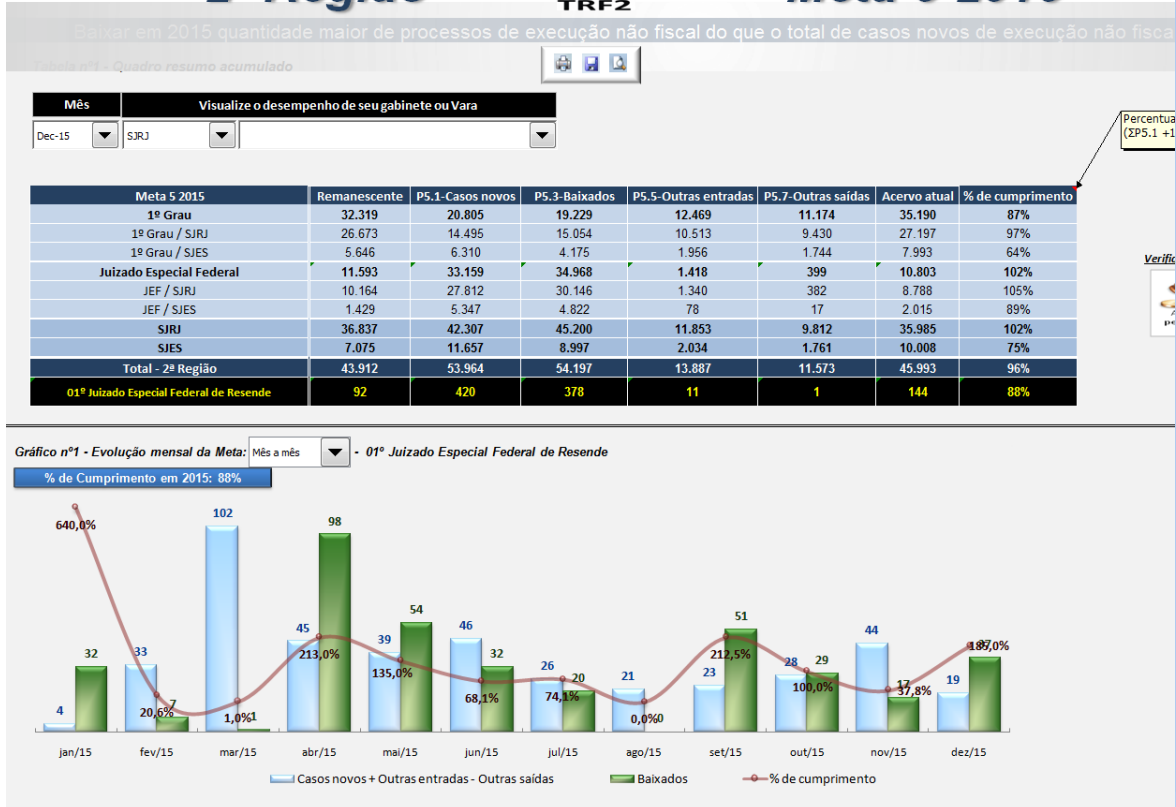


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região



Meta 5 2015



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

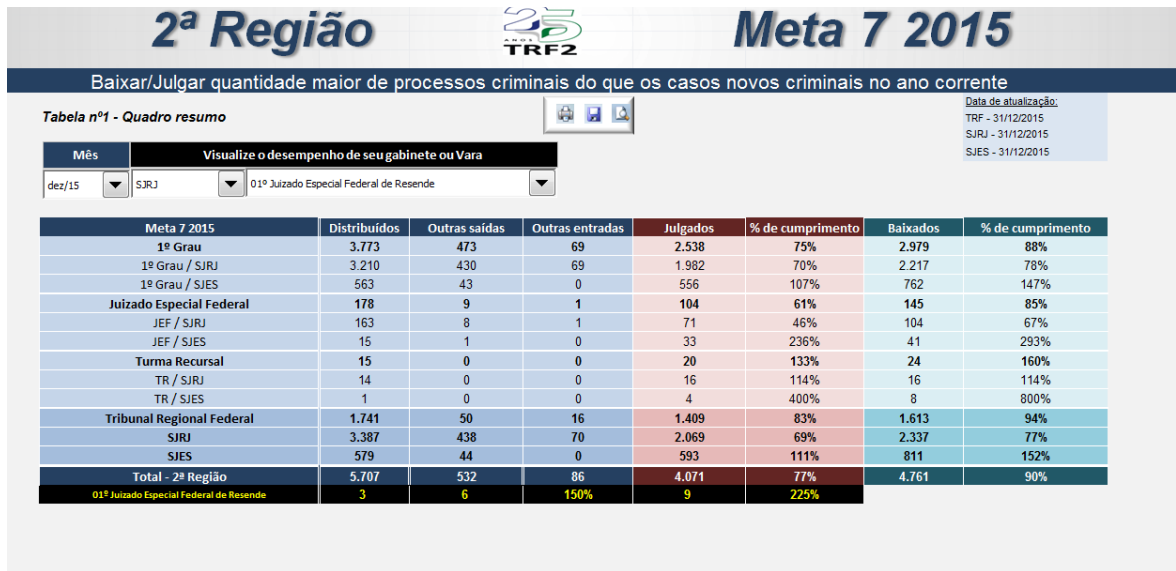
Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 25/02/2016, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 225%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

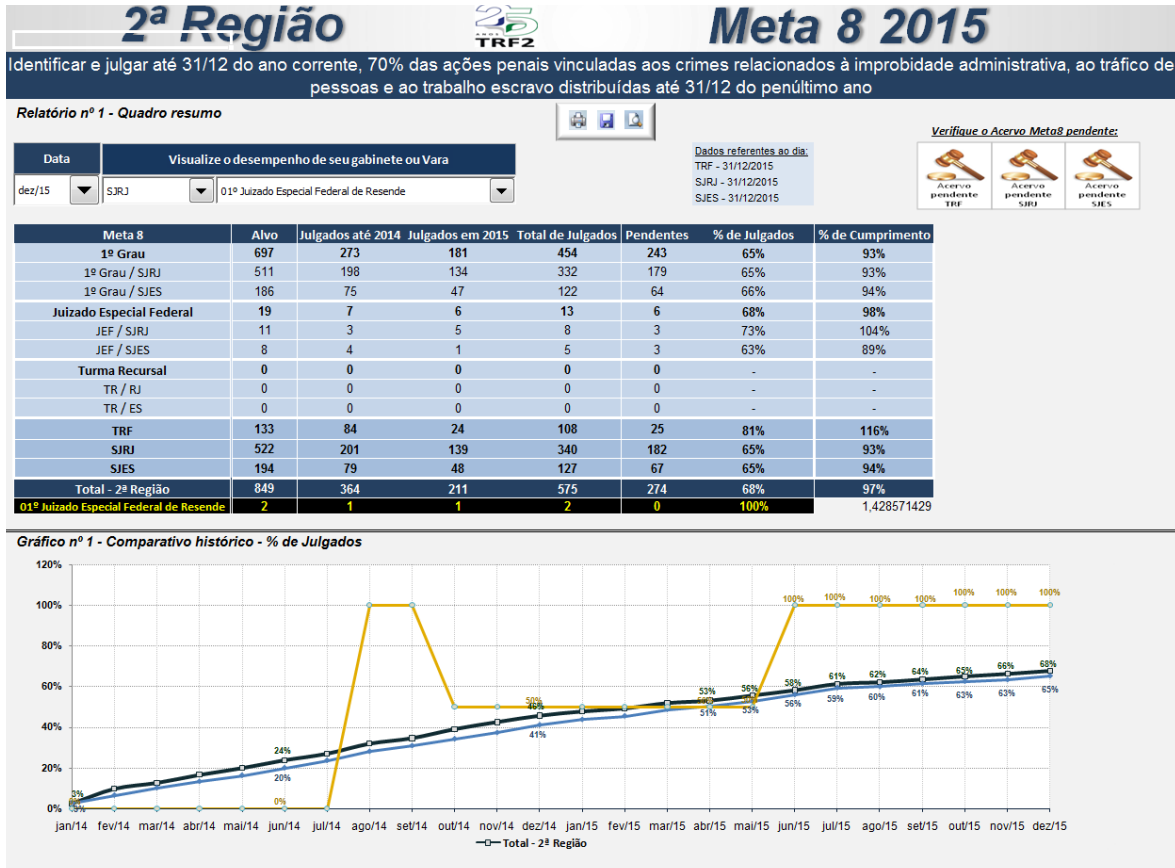


VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 25/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%, inexistindo processo pendente**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



➔ **AUDIÊNCIAS (DE 01/02/2015 A 31/01/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 91 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 05/02/2015 e a última em 17/12/2015.

Observa-se, neste ponto, que o D. Juiz Titular, Dr. Bruno Dutra, no ano de 2015, somente presidiu audiências nos dias 26 de maio, 26 de agosto e 17 de dezembro.

Além disso, nos meses de setembro, outubro e novembro, não foram realizadas audiências no juízo correicionado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, foi encontrado o seguinte local virtual para as iniciais:

CONH - 01 - INICIAIS / PREVENÇÃO : nenhum documento encontrado.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 04/03/2016, às 17h26min.

2. BALCÃO DE ENTRADA

Foram encontrados 03 documentos, sendo que o mais antigo de 04/03/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/03/2016, às 13h34min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO

(Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário Pré-Correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

"Em regra, segue-se um roteiro elaborado para a análise das iniciais, conforme exemplo abaixo, referente ao JEF previdenciário:

VERIFICAR	SIM	NÃO
Adequado Valor da Causa		
Declaração de Hipossuficiência		
Comprovante de Residência		
Doc. Identidade		
Representação Processual		
Atuação do MPF		
Prioridade de Tramitação		
Pedido de Tut. Antecipada		
Perito - Área Médica		

Importante salientar também que os textos padrão das decisões iniciais lançadas no sistema Apolo foram elaborados por este Juízo de maneira que a disposição de seus parágrafos sirvam como verdadeiro "checklist", facilitando a análise dos processos pelos assessores, conforme se pode verificar nos anexos 1 e 2.

Para a análise de prevenção, é providenciada a juntada de cópia da petição inicial ou da sentença do processo correspondente para fins de acolhimento ou não da dependência, nos termos do art. 311 da CNCR".

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.9.1.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	25/02/2016
Conclusão até	25/02/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total Geral	0	N/A
Posição em	25/02/2016	

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 25/02/2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	26/02/2016
Último Movimento até	25/02/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	1	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	1	100,00

Foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

- . 00001057120134025159 - trata-se de ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço c/c pedido de aposentadoria por tempo de serviço, distribuída em 21/02/2013, no qual, o último movimento ocorreu durante a correição, vez que foi proferida decisão na data de 29/02/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, posição até 26/02/2016 e consulta ao sistema Apolo – Secretaria, em 04/03/2016 às 17:43.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Aguardando juntada, em 22/02/2016, 07 documentos, sendo o mais antigo de **abril de 2008**.

- 00006967720064025159 - O processo em tela está baixado pelo sistema Apolo, porém mesmo assim **o sistema informa que a petição 2008.7951.000344-7 está pendente de juntada.**
- 00038597020034025159 - O processo em tela está baixado pelo sistema Apolo, porém mesmo assim **o sistema informa que a petição 2008.7951.000191-6 está pendente de juntada.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 26/02/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo, dentre outros:

- . CONH - 12 - AGUARDANDO DECURSO DE PRAZO: 203 documentos, sendo o mais antigo de 01/02/2016;
- . CRIM - 05 - AGUARDANDO PRAZO: 04 documentos, sendo o mais antigo de 23/02/2016;
- . CRIM - 09 - AGUARDANDO TÉRMINO DO PRAZO DE SUSPENSÃO - OUTROS: 01 documento, datado de 14/01/2016;
- . EXEC - 12 - AGUARDANDO DECURSO DE PRAZO: 154 documentos, sendo o mais antigo de 24/02/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 26/02/2016, às 14h 00 min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

- .CONH - 07 - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO: 13 documentos, sendo o mais antigo de 01/02/2016;
- .CONH - 08 - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO/CUMPRIMENTO DE OFÍCIO: 02 documentos, sendo o mais antigo de 19/02/2016;
- . CRIM - 02 - EXPEDIR MANDADO / OFÍCIO: sem documentos;
- . CRIM - 03 - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO / OFÍCIO: 05 documentos, sendo o mais antigo de 16/02/2016;
- . EXEC - 07 - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO: 30 documentos, sendo o mais antigo de 04/02/2016;
- . EXEC - 08 - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO/CUMPRIMENTO DE OFÍCIO: sem documentos;
- . EXEC - 14 - EXPEDIR ALVARÁ DE LEVANTAMENTO: 10 documentos, sendo o mais antigo de 22/02/2016;
- . EXEC - 15 - EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO: 10 documentos, sendo o mais antigo de 24/02/2016;
- .EXEC-16-AGUARDANDO CONFERÊNCIA RPV/PREC/ALVARÁ DE LEVANTAMENTO: 42 documentos, sendo o mais antigo de 23/02/2016;
- . EXEC - 17 - PARA JUIZ ENVIAR RPV - sem documentos;
- . EXEC - 18 - AGUARDANDO DEPÓSITO RPV/PRECATÓRIO: 42 documentos, sendo o mais antigo de 15/02/2016;
- .EXEC- 19 - AGUARDANDO SAQUE DE RPV/PREC/ALVARÁ: sem documentos.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 26/02/2016, às 15h 55 min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	22/02/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	5
Documento	0
Total Geral	5

Foram analisados os seguintes processos:

Juizado Especial Cível

. 00009333820114025159: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de sistema), bem como a respectiva ordem judicial às fls. 125/127, em 01/02/2013. (possui documentos sigilosos).

. 00006126620124025159: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de sistema), bem como a respectiva ordem judicial à fl. 47, em 06/03/2013. (possui documentos sigilosos).

. 00003184320144025159: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de sistema), bem como a respectiva ordem judicial à fl. 25, em 21/08/2014. (possui documentos sigilosos).

. 01021883420144025159: Regular a informação no sistema Apolo. conforme consta no termo de autuação às fls. 27/28 a informação "segredo de justiça". Certidão à fl. 30, ratificando o sigilo pleiteado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(possui documentos sigilosos). **S.m.j., não foi localizada decisão judicial determinando sigilo.**

Juizado Especial Penal

. 00016724020134025159 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de sistema), bem como a respectiva ordem judicial à fl. 341, em 08/08/2014.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta, posição até 25/02/2016.

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	02/2015 a 01/2016
	Processos	3.654
	Boletins	116
	Média (Proc. / Bol.)	31,50
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,90

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 22/02/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **05** processos com prazo vencido, quais sejam:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
----------	---------	-----------------	---------------------	---------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500002-36.2015.4.02.5159	INSS	14/01/2016	27/01/2016	29
0001330-92.2014.4.02.5159	INSS	03/02/2016	22/02/2016	03
0500164-31.2015.4.02.5159	INSS	04/02/2016	22/02/2016	03
0500041-33.2015.4.02.5159	INSS	03/02/2016	22/02/2016	03
0001140-32.2014.4.02.5159	INSS	03/02/2016	22/02/2016	03

Fonte: Mapa – Apolo – Secretaria – Estatística de processos remetidos, extraído em 25/02/2016, vencidos e não devolvidos até 25/02/2016.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos, em 22/02/2016: 949

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior: 871
- cumprimento precatório/RPV: 09
- Outros - Fase conhecimento: 08
- Outros - Fase/Processo execução: 01
- Outros Processos criminais: 01
- Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C E § 2º) : 58
- Suspenso - Aguardando julgamento de Recurso: 01

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- Aguardando decisão de instância superior:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00012953520144025159- O correto seria, s.m.j., classificar o motivo da suspensão como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 00227900420154025159- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 00001647820144025109- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 00363285220154025159- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 01130363620144025109- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 00002175920144025109- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 00389345320154025159- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.
- 00006072920144025109- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.

- Cumprimento precatório/RPV: 05

00004132020074025159



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00005148620094025159

00010012720074025159

00005996720124025159

00000367820094025159

- Outros - Fase Conhecimento:

00012052720144025159 - O correto seria, s.m.j., classificá-lo como recurso repetitivo, com base no Rec.Esp 1.381.683-PE, de 25/02/2014.

00022656920134025159- O correto seria, s.m.j., classificá-lo como "aguardando decisão de instância superior", com base no aguardo de decisão final do STF sobre o **Mandado de Injunção nº 4204** .

01167021120154025109

00022648420134025159 - O correto seria, s.m.j., classificá-lo como "aguardando decisão de instância superior", com base no aguardo de decisão final do STF sobre o **Mandado de Injunção nº 4204** .

01316206420154025159

- Outros - Fase/Processo Execução

00004992020094025159 - **O correto seria, s.m.j., classificá-lo como "cumprimento precatório/RPV"**.

- Outros - Processos Criminais

00009429220144025159

- Recurso Repetitivo (CPC, Art. 543-C e § 2º)

00616532920154025159



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00001656320144025109

01261358320154025159

01302176020154025159

00577439120154025159

- Suspenso-Aguardando julgamento de Recurso

00019615120054025159

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 11/02/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/03/2016.**

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.158

- a. Com resolução do mérito:
 - i. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 07
 - ii. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 04
 - iii. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 06
- b. Convertidas em diligência: 165
- c. Convertido o julgamento em diligência: 11
- d. Embargos de declaração:
 - i. acolhidos: 02
 - ii. rejeitados: 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- e. Extinção da Punibilidade-Transação/Cumprimento Condições: 05
- f. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 34
 - ii. Condenatória: 01
 - iii. Pedido improcedente: 263
 - iv. Pedido improcedente - dispensada a citação: 01
 - v. Pedido procedente: 149
 - vi. Pedido procedente em parte: 95
 - vii. Reconhecida prescrição/decadência: 04
 - viii. Procedente com tutela deferida: 162
 - ix. Pedido Procedente com Tutela Deferida Parcialmente: 03
 - x. Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida: 54
 - xi. Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida Parcialmente: 07
- g. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 117
 - ii. Desistência da ação: 07
 - iii. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 01
 - iv. Indeferimento de Petição Inicial: 04
- h. **Vazias: 50**

Obs.: Como constatado no relatório de correição dos setores administrativos de Resende, observou-se a prática do d. Juiz Titular, Dr. Bruno Dutra, de proferir **sentenças ilíquidas, postergando para a fase de execução a realização dos respectivos cálculos, a cargo do devedor.**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

a) JUIZADO CÍVEL

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0183606-91.2014.4.02.5159
0181696-29.2014.4.02.5159
0175898-87.2014.4.02.5159
0164304-76.2014.4.02.5159
0500018-87.2015.4.02.5159

1. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0001025-11.2014.4.02.5159
0000918-64.2014.4.02.5159
0000844-10.2014.4.02.5159
0000796-51.2014.4.02.5159
0001151-61.2014.4.02.5159

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500116-72.2015.4.02.5159
0040805-21.2015.4.02.5159
0037870-08.2015.4.02.5159
0015015-35.2015.4.02.5159
0001286-73.2014.4.02.5159

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0066232-20.2015.4.02.5159
0060315-20.2015.4.02.5159
0053458-55.2015.4.02.5159
0001161-08.2014.4.02.5159
0001143-84.2014.4.02.5159

b) JUIZADO CRIMINAL

1- Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

- 0000346-79.2012.4.02.5159 - S.m.j., **trata-se de decisão de Suspensão Condicional do Processo, proferida em 27/02/2012, equivocadamente inserida no Sistema Apolo como sentença.** Em seguida, foi proferida sentença, em 25/09/2015, **equivocadamente classificada como sentença tipo A (fundamentação individualizada), cuja classificação correta para esta sentença, s.m.j, seria tipo E2,** em razão da natureza criminal da sentença e da ocorrência de extinção de punibilidade do réu, pela causa prevista no art. 89, § 5º, da Lei nº 9.9099/95.
- 0001617-45.2013.4.02.5109 - **A classificação correta para esta sentença, s.m.j, seria tipo D2,** em razão da natureza criminal da sentença e da ocorrência da absolvição do réu.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0500021-42.2015.4.02.5159 – S.m.j., **trata-se de decisão homologatória de proposta de transação penal, proferida em 11/06/2015, equivocadamente classificada como sentença tipo A (fundamentação individualizada)**. Em seguida, foi proferida nova sentença, em 08/10/2015, esta sim extintiva de punibilidade, corretamente classificada como E1.

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

- 0000942-92.2014.4.02.5159 - S.m.j., **trata-se de decisão homologatória de proposta de transação penal, proferida em 27/08/2015, equivocadamente classificada como sentença tipo B1 (sentença homologatória de acordo)**.
- 0000990-51.2014.4.02.5159 - S.m.j., **trata-se de decisão homologatória de proposta de transação penal, proferida em 27/05/2015, equivocadamente classificada como sentença tipo B1 (sentença homologatória de acordo)**.
- 0001327-40.2014.4.02.5159 - S.m.j., **trata-se de decisão homologatória de proposta de transação penal, proferida em 30/04/2015, equivocadamente classificada como sentença tipo B1 (sentença homologatória de acordo)**. Em seguida, foi proferida nova sentença, em 22/06/2015, esta sim extintiva de punibilidade, corretamente classificada como E1.
- 0500016-20.2015.4.02.5159 S.m.j., **trata-se de decisão homologatória de proposta de transação penal, proferida em 30/04/2015, equivocadamente classificada como sentença tipo B1 (sentença homologatória de acordo) no Sistema Apolo, porém no corpo da sentença, a classificação consta como Sentença tipo A (fundamentação individualizada)**. Em seguida, foi proferida nova sentença, em 11/02/2016, esta sim extintiva de punibilidade, corretamente classificada como E1.
- 0000645-41.2014.4.02.5109 - S.m.j., **trata-se de decisão homologatória de proposta de transação penal, proferida em**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13/01/2016, equivocadamente classificada como sentença tipo B1 (sentença homologatória de acordo)..

3. Sentenças tipo D-1 (condenatórias):

0000004-29.2009.4.02.5109

4. Sentenças tipo E-1 (extintiva de punibilidade. Art. 107 CP):

0001327-40.2014.4.02.5159

0500021-42.2015.4.02.5159

0000343-66.2008.4.02.5159 – classificação correta, porém, **somente no corpo da sentença o tipo está como A (fundamentação individualizada).**", quando o correto, s.m.j, seria E1, em razão da natureza criminal da sentença e da ocorrência da extinção da punibilidade, como consequência da transação penal.

Fonte: Mapas - Planilha Apolo Excel – Intimados, Apolo – Secretaria – Relatórios – Estatística de sentenças e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 22/02/2016.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)

(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

" O atendimento às partes e aos advogados é realizado no balcão da Secretaria, pelos servidores, por ordem de chegada, além do atendimento direto pelo magistrado, quando solicitado, nos termos do art. 35, IV, da LC 35/79, e art. 7º, VIII, do Estatuto da Advocacia.

As advogadas ou partes que se encontram em período de gestação, lactação ou que estejam acompanhadas de criança de colo possuem prioridade de atendimento na Secretaria deste Juízo, bem como de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

horário na designação das audiências, conforme Portaria nº JFRJ-POR-2015/00129 de 19 de fevereiro de 2015.

Os servidores atendentes são preparados para prestar atendimento com urbanidade e qualidade aos jurisdicionados e seus patronos, havendo auxílio do Diretor de Secretaria, quando necessário.

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.7

16.LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

" Inicialmente, destaco que o acervo deste Juizado Especial Federal está virtualizado em quase sua totalidade, possuindo apenas 22 processos físicos (18 efetivamente em trâmite no JEF, todos na fase de execução, 02 suspensos e 02 na Turma Recursal). Portanto, com a baixa e arquivamento daqueles 22 processos, o 1º JEF de Resende se tornará 100% eletrônico. Insta esclarecer que, atualmente, tais feitos físicos são alocados em uma única estante, suficiente para a organização da Secretaria. Quanto à organização eletrônica, foram criadas para o 1º JEF de Resende mesas virtuais para a adequada alocação dos feitos, tomando-se por referência a fase processual em que se encontram ou a diligência a ser executada."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11

17.EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	278	278
	Total		278	278



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 23/02/2016.

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/02/2015 a 31/01/2016).

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 656
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 220 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 03
- . Conferidos : 92
- . Enviados: 552

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 0
- . Conferidos: 03
- . Enviados: 06

- Precatórios Parcelados: Não há

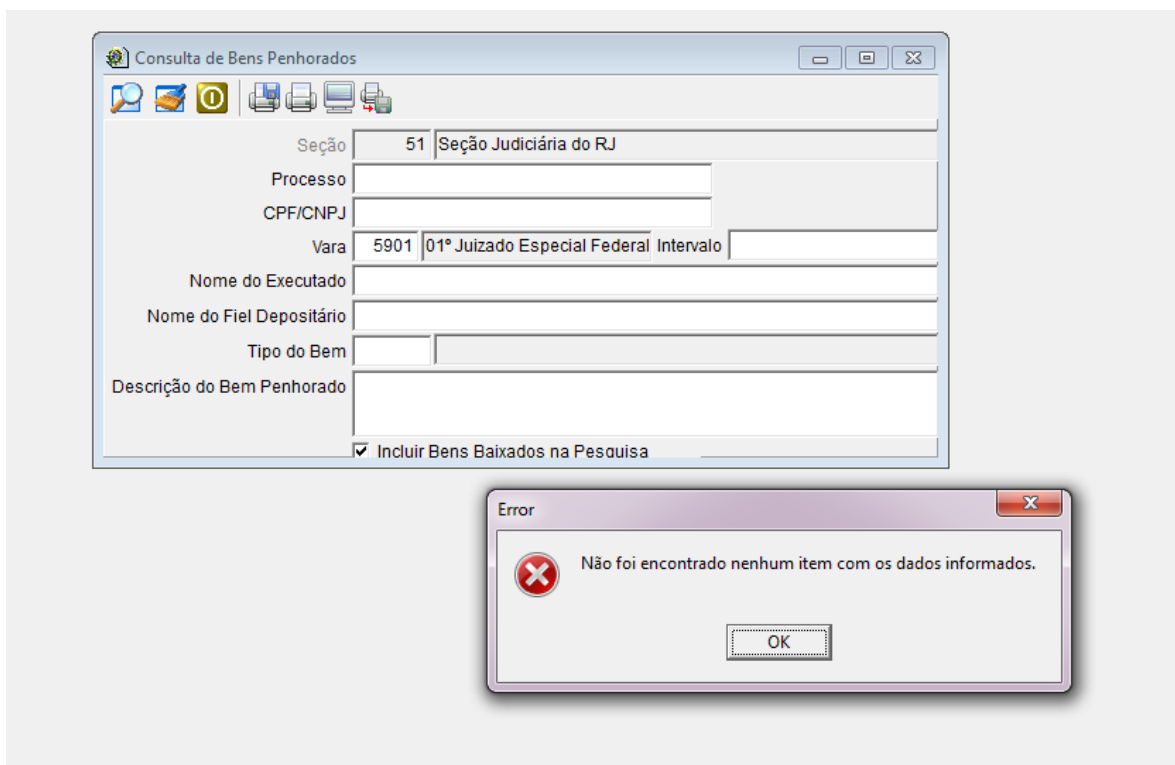
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 22/02/2016.

➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens penhorados.



Fonte: Apolo – Secretaria – Consultas – Bens penhorados.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não foram encontrados bens de valor que justifiquem a impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens acautelados/apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o email enviado para complementar o questionário pré-correição anteriormente apresentado:

“Inicialmente, destaca-se que a Secretaria do Juízo dispõe dos seguintes livros, todos verificados:

- a) Livro de ponto dos servidores (inciso I); e*
- b) Livro de carga de autos a advogados, INSS, AGU e CEF (inciso II);*
- c) Livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio (inciso III);*
- d) Livro de carga ao Ministério Público Federal (inciso V);*
- e) Livro de reclamações (inciso VI); e*
- f) Pasta de termos de fiança (inciso IX).*

É importante ressaltar também que, em relação:

i) ao livro do rol dos culpados: não há; as informações são lançadas no sistema de Rol de Culpados do CJF.

ii) Pasta de suspensão do processo: segundo relato da servidora responsável pelos processos criminais deste JEF, as informações são salvas em meio eletrônico.

Sublinha-se, ainda, que a Secretaria conta com pastas não obrigatórias para a conveniência dos trabalhos cartorários.

Quanto às pastas eletrônicas, é observado o disposto no art. 149 da CNCR.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

→ ESPAÇO FÍSICO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Conforme questionário pré-correição:

"A Subseção Judiciária de Resende/SJRJ ocupa prédio adaptado, de estrutura precária, não oferecendo qualquer acessibilidade aos deficientes físicos, não havendo nem mesmo um simples rebaixamento de calçada com rampa acessível. Não bastasse isso, o 1º JEF está localizado no 2º pavimento.

Na tentativa de amenizar tais problemas, foi orientado aos servidores que, caso o jurisdicionado não tenha condições de subir as escadas, o atendimento deverá ser prestado no 1º pavimento. O mesmo procedimento é adotado quando da realização das audiências.

Cumprе ressaltar que a Administração disponibiliza uma cadeira elétrica escaladora de escadas, de segurança duvidosa.

Por fim, destaco que o prédio não dispõe de vagas de estacionamento para servidores e jurisdicionados, dispondo apenas de 10 (dez) vagas externas, sem cobertura, reservadas para os Magistrados (04 vagas), Diretores de Secretaria (02 vagas), carros oficiais (02 vagas), portadores de necessidades especiais (01 vaga) e idoso (01 vaga)."

Fonte: Questionário pré-correição, 5.2. item 2.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“→ **Prazo: 03 meses:**

- 1. Sentenciar todos os processos conclusos para sentença em 2015 (total: 147).*
- 2. Priorizar o processamento de todos os feitos já sentenciados por este Juízo.*
- 3. Sentenciar todos os feitos distribuídos em 2014 pendentes de julgamento (total: 45)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

processos).

→ **Prazo: 06 meses:**

1. *Julgar todos os feitos distribuídos em 2015 pendentes de julgamento (475 processos).*

2. *Reduzir o acervo para abaixo de 1000 (mil) processos em trâmite.*

→ **Prazo: 01 ano:**

1. *Julgar, no mínimo, 70% dos processos distribuídos em 2016.*

2. *Julgar os processos a serem distribuídos no prazo máximo de 06 meses”.*

Fonte: Questionário pré-correção, item 4.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Isabelle Habib Oliveira, Mat. nº 11.750